

# PROGRAMA 2020 – PCdoB

---

## INTRODUÇÃO

---

Diante da atual da crise econômica, sanitária, social e política que se instalou em nosso país e suas consequências em Campinas, o PCdoB propõe um Programa de Governo, condizente com o momento atual e coerente com sua história de luta em defesa dos que mais precisam do Poder Público, e portanto, *reafirma* seu projeto político eleitoral de uma candidatura majoritária, forte, combativa, que debata os problemas e ousa apresentar soluções para a cidade.

Este Plano apresenta as principais propostas da candidata a Prefeita de Campinas Alessandra Ribeiro, pelo PC do B, nas eleições de 2020.

Apresenta como diretrizes estratégicas:

**O papel do Estado – Governo e Sociedade**- o necessário enfrentamento ao neoliberalismo e a proposta de “estado mínimo”;

**O Estado e a Democracia** -a defesa de seu caráter democrático representativo e direto e participação popular;

**O Estado e a Economia no Combate às Desigualdades Sociais** - principalmente como indutor do desenvolvimento e crescimento econômico, na geração de emprego e renda, com sentido de reduzir as desigualdades sociais e a implementação de políticas de inclusão social em Campinas.

Considera como diretrizes políticas:

1. Estimular a participação da sociedade, em especial dos setores sociais prioritários para a ação governamental
2. Ampliar e aprofundar os instrumentos e mecanismos democráticos de participação da sociedade
3. Implantar políticas de crescimento e desenvolvimento das atividades econômicas no município com o objetivo de reduzir o desemprego e elevação da renda dos trabalhadores (assalariados ou não) e suas famílias
4. Ampliar e aprofundar os instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano e rural, para garantir a função social da propriedade (urbana e rural) pública e/ou privada, a melhoria das condições e da qualidade de vida das pessoas, da preservação e recuperação do meio ambiente e das condições de saneamento básico no município
5. Estimular o desenvolvimento técnico-científico, das atividades de pesquisa, com o objetivo de promover a inovação tecnológica a serviço das pessoas e da sociedade
6. Dar continuidade a, e/ou elaborar e implantar programas e projetos, que reduzam as desigualdades econômicas, sociais e culturais com o objetivo de transformar o cotidiano das regiões, das pessoas e da sociedade campineira.

7. Ampliar e aprofundar os mecanismos e instrumentos para a implantação de políticas públicas voltadas para a promoção da eliminação do preconceito, da intolerância e do tratamento desigual com relação às condições de gênero, de raça (de cor), de religiosidade e de condições de vida

8. Contribuir efetivamente para o desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Campinas - RMC, em especial nas funções urbanas e rurais de interesse comum, das atividades econômicas regionais e da melhoria das condições de vida da população metropolitana, assim como do fortalecimento dos municípios e dos órgãos e instituições que compõem a RMC

---

## FINANÇAS PÚBLICAS

---

Com crise econômica que o país vive a partir de 2015, bem como o aprofundamento dela em virtude do combate ao Covid-19, torna-se necessário, para qualquer plano de governo conhecer as finanças do município.

Analisando as despesas em valores reais do município constata-se que “Pessoal e Encargos” vem aumentando no período de 2005 a 2019, bem como o item “Outras Despesas Correntes” que são despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa. Por outro lado, “investimentos” seguiram uma tendência de queda desde ano de 2008, recuperando-se em 2019. Destaca-se o aumento nos investimentos ocorridos entre os anos de 2006 e 2007. A partir de 2008 inicia-se tendência de queda que vai até o ano de 2016. A partir de 2017 os investimentos aumentam, mas permaneceram abaixo dos valores verificados nos anos de 2007, 2008 e 2009. É importante destacar que os investimentos são os responsáveis pela melhoria da qualidade dos equipamentos urbanos e da infraestrutura urbana.

Em relação as receitas, consideradas em valores reais, as tributárias apresentaram aumento até o ano de 2014, ocorrendo queda da receita nos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 2018 e 2019 as receitas voltaram a aumentar.

A queda das Receitas Tributárias ocorreu devido à redução de arrecadação do ISS nos anos de 2015, 2016 e 2017. Em menor grau, ocorreu nesses anos queda também na arrecadação do ITBI.

O IPTU teve aumento real da sua arrecadação. O destaque fica para os anos de 2018 e 2019, com crescimento acima da média dos anos anteriores.

A evolução da arrecadação do ISS seguiu tendência de alta ao longo dos anos de 2005 a 2013. Nos anos de 2014, 2015 e 2016 verificou-se queda na arrecadação. A Arrecadação recupera-se nos anos de 2018 e 2019, com destaque para o crescimento verificado no ano de 2019 em relação a 2018. A queda da arrecadação nos anos de 2015 e 2016 provavelmente deveu-se a crise econômica verificada nesses anos.

As Transferências Correntes Totais aumentam os anos de 2009 a 2013, caindo nos anos de 2014, 2015 e 2016. A partir do ano de 2017 volta a ter aumentos pequenos nos anos de 2018 e 2019.

Em relação ao ICMS, a arrecadação oscila pouco entre os anos de 2009 a 2012, aumentado em 2013 e voltando a diminuir nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017. Em 2018 e 2019 voltou a ter um pequeno aumento na arrecadação sem chegar ao nível de 2013.

O FPM tem pouca oscilação ao longo do período, permanecendo praticamente constante.

O ICMS teve tendência de queda ao longo do período considerado. A única exceção foi o ano de 2013.

Verificando as metas estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Campinas, em relação as receitas totais dos anos de 2021, 2022 e 2023 é possível observar que, em valores correntes, estão sendo considerados aumentos na arrecadação nos anos de 2021 a 2023. No entanto, quando analisado em termos constantes, ou seja, descontada a inflação prevista para o período, a tendência é de queda da arrecadação em -2,1% no ano de 2021 em relação ao previsto para 2020, de -1,8% em 2022 em relação ao previsto em 2020 e de -1,5% em relação ao previsto em 2020.

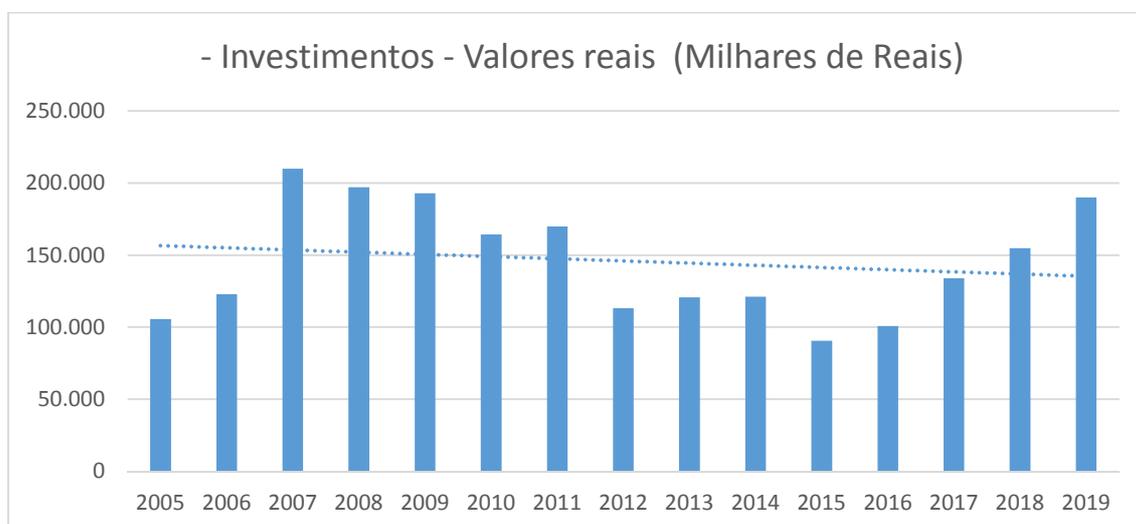
Diante dos dados e informações obtidas, tem-se as seguintes possibilidades e propostas a serem consideradas:

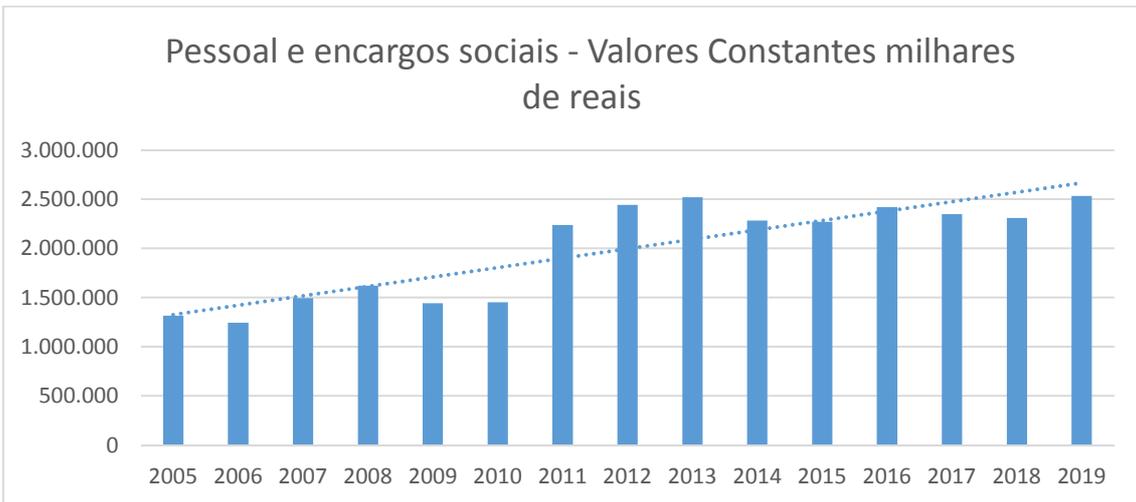
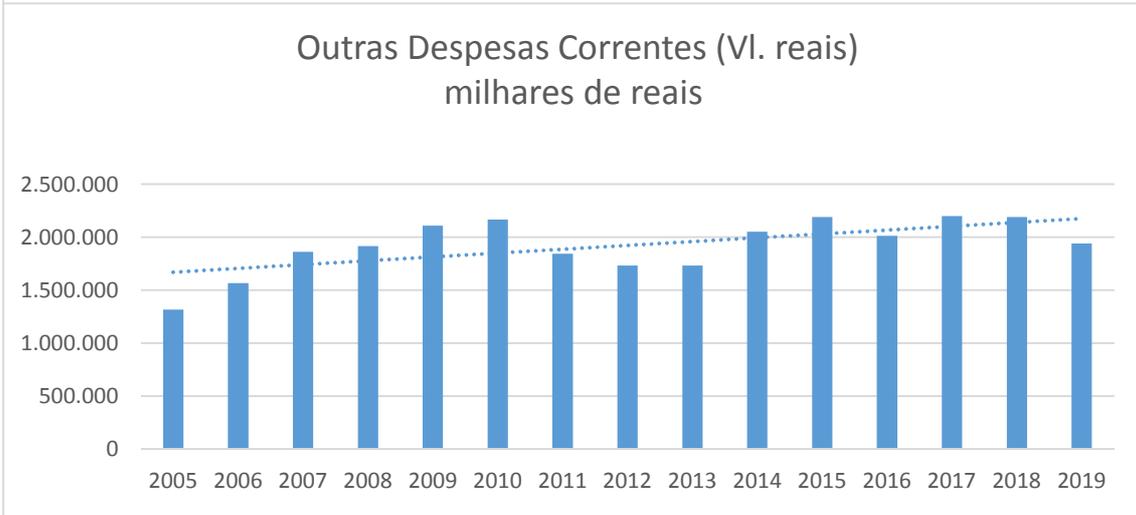
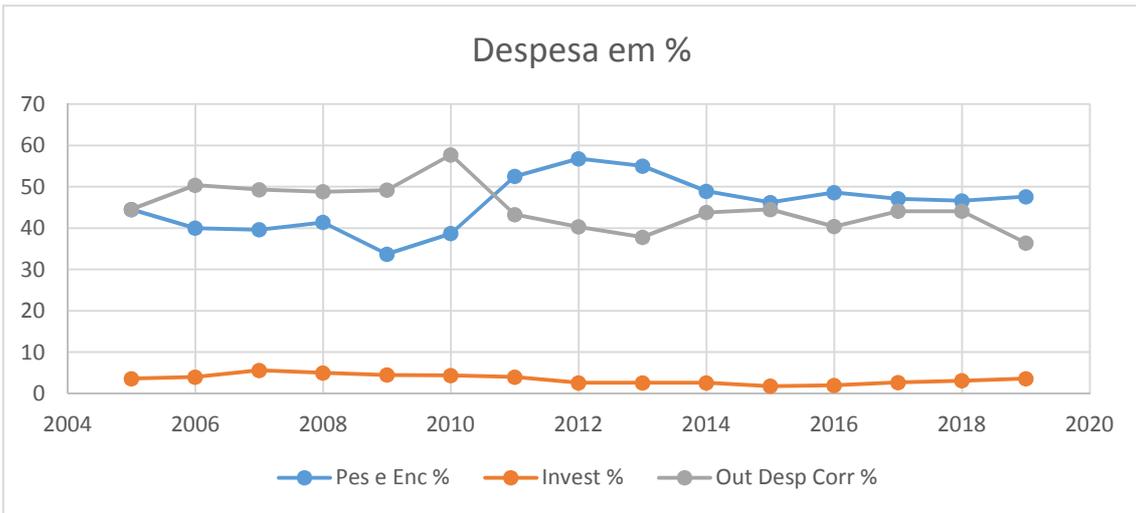
- Devido ao aumento ocorrido no item “Pessoal e Encargos” ao longo dos anos de 2009 a 2019, torna-se importante verificar a possibilidade de redução dessas despesas, sem comprometer o poder de compra do funcionalismo e a eficiência na prestação dos serviços públicos.

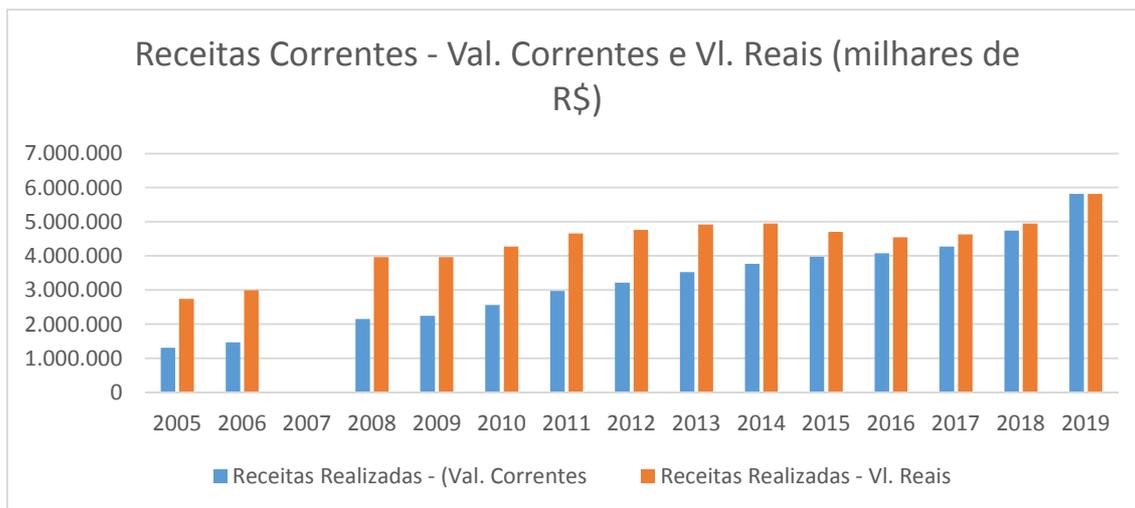
- Verificar a possibilidade de, através de ajustes no orçamento municipal a partir do ano de 2022, aumentar os recursos destinados a investimentos, principalmente em áreas ocupadas pela população de menor renda e/ou áreas carentes de serviços e equipamentos urbanos.

- Devido a provável dificuldade em aumentar a arrecadação pública municipal, torna-se importante a organização dos prefeitos com o objetivo de conseguir recursos, nas mais diversas formas, repassados pelo Governo Federal.

- Por último, a criatividade e eficiência nos gastos deverão ser buscadas e serão fundamentais para atender demandas crescentes da população com recursos financeiros decrescentes.







Ano	Receitas Realizadas - (Val. Correntes)	Receitas Realizadas - Vl. Reais
2005	1.306.996	2.742.786
2006	1.472.847	2.996.734
2007		0
2008	2.154.243	3.962.225
2009	2.248.862	3.965.349
2010	2.567.323	4.274.272
2011	2.976.980	4.653.802
2012	3.220.635	4.756.896
2013	3.530.508	4.923.595
2014	3.773.245	4.945.130
2015	3.976.333	4.708.857
2016	4.078.118	4.543.601
2017	4.277.237	4.628.896
2018	4.742.647	4.947.056
2019	5.818.181	5.818.181

---

### DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

---

No saldo de empregos criados na Região Metropolitana de Campinas (RMC) notamos duas tendências distintas nos períodos de 2014-2017 e 2018-2019. No primeiro há um grande déficit de empregos e no segundo um superávit que compensa apenas um terço dos empregos perdidos no período anterior:

O resultado líquido é uma perda de mais de 27.000 vagas de emprego entre 2014 e 2019, o que já indicava um cenário socioeconômico preocupante. Com a crise

do covid-19, a tendência é o retorno aos saldos negativos de emprego para este ano e, possivelmente, o próximo. Isso indica uma situação muito preocupante em relação ao desemprego para os próximos anos. Situação essa que exercerá fortes demandas sobre o plano de governo e as políticas de renda.

No município de Campinas os empregos na Agricultura e na Indústria são menos importantes, proporcionalmente, que em sua região de governo e no estado de São Paulo. A construção civil, por sua vez, é mais importante que na região de governo e menos importante que no estado. Comércio e Serviços são mais importantes em Campinas que em seu estado e sua região de governo. A proeminência desses setores é característica de cidades que são o centro de regiões metropolitanas, como o caso de Campinas. Serviços e Comércio tendem a concentrar nessas cidades, enquanto os cinturões agrícola e industrial nas cidades ao seu redor. Tal quadro lança desafios similares aos dos demais centros de metrópole na área de emprego e renda. De um lado, as políticas de emprego e renda que impactem o comércio e o setor de serviços tem maior peso no emprego total da cidade. Por outro, ficam claros os grandes desafios para a promoção do emprego industrial na cidade, especialmente no contexto da divisão regional do trabalho da região metropolitana.

Um último dado importante sobre o emprego é o nível de informalidade das ocupações. Segundo a ACIC/Campinas 44,58% das pessoas ocupadas na cidade de Campinas em julho de 2018 realiza atividade informal. Trata-se de um percentual acima da média nacional para a PNAD no período que era de 37,3%. Campinas tem, portanto, um contingente de trabalhadores informais que já se aproxima da metade da população ocupada, o que é um resultado sensivelmente acima da média nacional.

Por fim cabe alguma análise da renda em Campinas. Campinas apresentou uma renda per capita de R\$49.942,59 em 2017 segundo dados do IBGE. Isso a garante entre as 400 cidades com maior renda per capita do país e as 80 cidades com maior renda per capita do estado de São Paulo. Porém, quando comparamos sua situação com a da região metropolitana o resultado já não é tão expressivo. Campinas tem a décima renda em 16 cidades. Porém o mais preocupante é a má distribuição dessa renda. 6,3% das famílias viviam com menos de 1/4 de salário mínimo per capita no último Censo, em 2010, enquanto 30,2% das famílias viviam com menos de 1/2 salário mínimo per capita.

A crise do covid-19 lança uma perspectiva ainda mais preocupante para os resultados do próximo Censo. Nesse contexto, uma política de renda deve incidir de maneira mais urgente no ataque a pobreza e pobreza extrema, que indicam um aumento no início dessa década. Um segundo objetivo é o combate à desigualdade sistêmica das rendas, expressa no índice de GINI.

A partir do que foi levantado acerca dos indicadores de emprego e renda na cidade de Campinas, podemos resumir os desafios enfrentados por esta candidatura nos seguintes itens:

- combater o desemprego num contexto do seu aumento acelerado nos níveis nacional, estadual e municipal;
- a formulação de políticas possibilita uma maior captura de renda por trabalhadores informais e subempregados, bem como incentivem a cooperação e a solidariedade no trabalho;

- formulação de políticas de renda que combatam a pobreza extrema e a pobreza na cidade;
- defesa dos trabalhadores e das suas condições de trabalho no volumoso e crescentemente precarizado setor de serviços;
- atração de indústrias para a cidade de modo a aumentar a participação do emprego industrial no total do emprego gerado.

#### Renda e pobreza em Campinas (1991-2010)

Dado/Ano	1991	2000	2010
Renda per capita	995,15	1.223,77	1.390,83
% de extremamente pobres	0,99	1,52	1,06
% de pobres	5,48	6,24	3,16
Índice de Gini	0,53	0,57	0,58

Fonte: Censo/IBGE

## PROPOSTAS

### 1: Renda Mínima e Fundo Soberano

#### 1.1. Fundo Soberano Municipal vinculado ao Programa Municipal de Renda Mínima e a Política de Microcrédito

- Criação do Fundo Soberano Municipal Vinculado Fonte de recursos: renda auferida pelas autarquias, adotando salvaguardas socioambientais e institucionais de transparência para e determinação de suas aplicações financeiras e cumprindo três funções principais: reserva para despesas de extrema emergência, Política Municipal de Renda Mínima e Política de Microcrédito Municipal.

#### 1.2. Bolsa Jovem Pesquisador e Bolsa Jovem Educador

- Criação do programa de bolsas para alunos da rede pública.

Fonte de recursos: convênios com as instituições de ensino superior e de pesquisa de Campinas, tanto públicas quanto particulares e emenda parlamentar.

### 2: Política Industrial

#### 2.1. Indústria Campinas

- Recriação do Conselho Gestor da Cadeia Produtiva Municipal para formular a política industrial municipal.
- Indústria Química-Farmacêutica, Indústria Metalmeccânica e Indústria de Equipamentos Hospitalares: concessão de incentivos fiscais para a instalação de empresas da cadeia químico-farmacêutica e de equipamentos hospitalares.

- Indústrias com Estratégia de Compliance Socioambiental: concessão de incentivos fiscais para indústrias que implementam estratégias de compliance socioambiental, como gestão de resíduos (sólidos, líquidos, atmosféricos).

- Indústrias Verdes: concessão de incentivos fiscais à instalação de empresas cujas atividades principais de produção se destinam ao desenvolvimento da nova matriz energética e nova matriz alimentar: indústria de veículos de motores elétricos, indústria de energia eólica, fotovoltaica e de biomassa; Agroindústria de produtos orgânicos e associado a cadeias da sociobiodiversidade brasileira.

- Indústria 4.0: Incentivo a Startups, programa de estímulo e criação de Fórum com participação de agentes de interesse.

### **3: Políticas de apoio à economia dos serviços e à economia popular**

#### **3.1. Programa Economia Popular de Bairro**

- Observatório da Economia Popular de Bairro
- Diagnóstico da Economia Popular de Bairro:
- Incubadora Campineira de Negócios Populares Comunitários:

#### **4. Programa de Apoio ao Trabalhador Informal**

- Criação de Pontos de Apoio em localizações estratégicas, em equipamentos públicos da Prefeitura, com banheiros, filtros de água e armários para armazenamento de mercadorias para apoio aos trabalhadores informais, próximas a pontos de transporte público;

- Criação de Pontos de Apoio Especiais a Entregadores, em pontos próximos a hubs de entregas;

- Criação do Bilhete Único Gratuito para o trabalhador informal em condições de renda baixa;

- Criação de kit de EPI-saúde para trabalhadores informais

#### **5. Programa de Apoio a Cooperativas Sociais**

- Programa de Cooperativas e Associações de Catadores de Recicláveis
- Programa de Cooperativas e Associações Agroecológicas

#### **6. Programa Comércio Inovador, Criativo e Ecológico**

- Programa Qualificação Profissional
- Diagnóstico do Comércio Inovador, Criativo e Ecológico

#### **7. Sistema de Entrega Programada de Campinas e Feira Virtual**

- Criação e Manutenção de Sistema de Cadastro de Entregadores de Campinas para utilização dos serviços de entrega programada pelos MEI-ICE e demais cadastrados, com tabela de referência para cálculo do frete de acesso público, atualizada diariamente

- Criação da Feira Virtual (por meio do Sistema de Entrega Programada)

## **8. Criação do Observatório do Trabalho**

## **9. Programa da Mulher Trabalhadora**

- Política de Desoneração Fiscal
- Programa de Qualificação Profissional da Mulher de Periferia:
- Criação do GT Trabalho da Mulher

**10. Pôr em prática os objetivos constantes no Plano Diretor do Turismo da cidade de Campinas, em fase de aprovação, bem como abarcar toda a cidade e seis eixos representativos.**

---

## **SAÚDE**

---

Eixo principal: **Fortalecimento do SUS como sistema público e universal de saúde**, ou seja, gratuito e sem nenhum tipo de restrição, ou discriminação, no atendimento.

**Ações prioritárias:**

### **1 - Ampliar as Equipes de Saúde da Família – ESF das atuais 144 equipes, para 220 equipes nos próximos 4 anos.**

1.1 – No 1º ano de governo atingir o número de 170 ESF (patamar de 2015 e 2017), o que atenderia em torno de 50% da população na prevenção de doenças e consultas domiciliares.

1.1.1 – Para alcançar este objetivo: Contratar médicos generalistas, ou especialistas em saúde da família e comunidade via concurso público e, emergencialmente, pela ampliação do “Programa Mais Médicos Campineiro” (que propõe contratar 120 médicos residentes, mas que até o presente chegou a 32) e pelo “Programa Mais Médicos para o Brasil” (atualmente 23 profissionais atuam em Campinas); contratar, via concurso público, número equivalente de enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde.

1.1.2 – Estimular e repactuar as articulações com as Universidades: UNICAMP, PUCCAMP e São Leopoldo Mandic, para a adoção de cenários de prática na Atenção Primária em Saúde para ensino, mas que também tenha como objetivo a assistência em saúde.

### **2 - Reduzir o tempo de espera na “fila do SUS”:**

- 2.1 – Planejar e organizar para que o atendimento à consulta nos Centros de Saúde seja feito em até 30 dias e adotar a estratégia do acesso avançado nas unidades básicas.
- 2.1 – Diminuir o tempo de espera de cirurgias eletivas para no máximo 3 meses.
- 2.2 - Ampliar a oferta de especialidades: 1 ginecologista e 1 pediatra para referência de 2 a 3 equipes de saúde, além de 1 psiquiatra e 1 psicólogo para cada UBS.
- 2.3 – Composição das equipes multidisciplinares de saúde por meio dos Núcleos de Apoio à Saúde de Família (NASF) com nutricionista, fonoaudióloga, fisioterapia e terapeuta ocupacional, sendo um NASF por Distrito de Saúde.
- 2.4 - Implantar a política de apoio de especialistas focais à Atenção Primária em Saúde por meio dos NASFs e do apoio matricial. Essa estratégia de redução de filas de consultas com especialistas que consiste na oferta de especialistas para discussão de casos *in loco* em Centros de Saúde com grande demanda de consultas com especialidades.
- 2.5 - Viabilizar a construção do Centro de Referência e Atenção Integral à Mulher – CRAIM. Para o qual existe verba exclusiva e liberada desde 2011 na Caixa Econômica Federal.

### **3 – Financiamento:**

- 3.1 – Exercer a importância e força política de Campinas, para uma articulação nacional com intuito de definir claramente na legislação o papel dos entes federados em relação ao financiamento e à prestação de serviços, visando “equilibrar a conta” que atualmente está em torno de: Município 70%; União 29%; Estado 1%.
- 3.2 - Promover, juntamente com o Conselho Municipal de Saúde; Conselho Estadual de Saúde; Conselho Nacional de Saúde, e outros atores políticos, ações concretas que visem à revogação da Emenda Constitucional 95/2016, que congela os investimentos em saúde pública por 20 anos.
- 3.3 – Distribuir os recursos de acordo com as reais necessidades da população SUS/dependente.

### **4 – Estrutura da Rede Municipal de Saúde:**

- 4.1 – Completar a informatização total das Unidades Básicas de Saúde e Serviços de Saúde. O quadro atual é: de 66 UBS, 49 estão informatizadas e 61 cabeadas; de 120 serviços, 78 estão informatizados e 95 cabeados.

4.2 – Após a informatização total, implantar o Prontuário Eletrônico integrado em rede.

4.3 – Descentralizar os serviços de manutenção básica com a locação de equipe e estoque de materiais (elétrica, hidráulica, predial) nos Distritos de Saúde.

## 5 – **Saúde Bucal:**

5.1 - Ampliar e qualificar a rede de saúde bucal por meio dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) como parte das diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal.

5.2 - O município de Campinas já conta com dois CEOs (Sudoeste e Noroeste), porém frente à demanda pelas especialidades em saúde bucal, propomos priorizar a abertura do terceiro CEO já em discussão pelo CMS (Suldeste) e a criação do quarto CEO para o distrito Norte.

5.3 - Gestão dos CEOs pela Secretaria de Saúde e não por agentes administrativos terceirizados.

5.4 - Inclusão de especialidades odontológicas ortodontia e implantodontia (próteses), além das já previstas como endodontia (canal), peridontia, (gingiva) e cirurgias de pequeno porte.

5.5 - Parceiras na assistência com as Universidades São Leopoldo Mandic e PUCAMP, que possuem cursos de odontologia no município de Campinas.

5.6 - Acessar recursos do Ministério da Saúde, por meio da Política Nacional de Saúde Bucal, para custeio da ampliação da rede de saúde bucal em Campinas.

## 6 - **Saúde Mental:**

6.1 – A atenção primária deve ser a porta de entrada estruturante da rede de cuidado em saúde mental, garantindo o atendimento integral aos pacientes, incluindo acompanhamento clínico e exames necessários.

6.1.2 – Deve garantir, ainda, o acesso humanizado e ágil para as urgências clínicas e para o sofrimento agudo, físico e mental, e encaminhar aos outros níveis do sistema os casos de complexidade maior do que a capacidade de resolução das UBS.

6.2 – O atendimento à saúde mental na atenção básica exige perfil adequado, disposição, tempo e capacitação técnica. Portanto faz-se necessária uma política de educação permanente, que dialogue com a realidade prática e que utilize diversas estratégias no sentido de possibilitar a implantação dos projetos da saúde mental.

6.3 - Incluir, formalmente, a saúde mental nos Núcleos de Saúde Coletiva das UBS, com objetivo de discutir instrumentos, indicadores e dados epidemiológicos.

6.4 - Reafirmar e garantir os CAPS III (24 horas) com o dispositivo fundamental na construção da rede substitutiva ao hospital psiquiátrico.

6.5 – Promover ações de implantação de um segundo CAPS III na região sul (eixo sul-sul) e criar condições para garantir que os CAPSij e CAPSad contemplem as demandas dos 5 distritos de saúde.

6.6 – Criar espaço formal entre a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Trabalho e Renda, para discussão e proposição de ações em relação a oferta de emprego, que congregue usuários da saúde mental.

6.7 – Ampliar os leitos de internação (quando necessária) hospitalar em hospitais gerais, como preconiza a reforma psiquiátrica, pois atualmente estão disponibilizadas apenas 22 vagas para a cidade toda, tendo como resultado, e diante da necessidade de internação de pacientes em crise grave, o aguardo de até 10 dias para a disponibilização de vaga.

## **7 - Urgência e Emergência:**

7.1 - Viabilizar a construção da UPA na região do Campo Belo.

7.2 - Capacitar as equipes de saúde da urgência e emergência e melhorar a estrutura dos PAs e UPAS existentes (Carlos Lourenço, São José, Campo Grande e Anchieta).

7.3 - Repactuar com o HC UNICAMP e Hospital Celso Pierro (PUCC) como referências de pronto-atendimento e de referência para casos graves e de média e alta complexidade.

7.4 - Adequar a quantidade de profissionais e ambulâncias do SAMU.

---

## **EDUCAÇÃO**

---

### **1. Gestão pública e democrática nas escolas e na Secretaria Municipal de Educação**

As principais políticas, e ou ações, para a consolidação da gestão democrática com as quais nos comprometemos são:

- Realizar, até o final do primeiro ano de mandato, um Congresso da Rede Municipal de Ensino, como oportunidade de uma ampla escuta aos Educadores, pais e estudantes, com objetivo de construção coletiva de diretrizes para a educação no município.
- Realizar uma avaliação precisa sobre o cumprimento das Metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação, socializando estes dados com toda a sociedade campineira, já que o PME deve nos guiar na construção de melhores condições de educação a todas as crianças, jovens e adultos.
- Encaminhar para a Câmara Municipal o projeto de Lei da Gestão Democrática para que seja discutida e votada, visando dar maior estabilidade legal e avançar na organização de processos participativos na Rede Municipal de Ensino de Campinas.

- Promover a mais ampla divulgação de informações e dados quantitativos e qualitativos sobre os programas e políticas em andamento na Rede Municipal,
- Divulgar com transparência e formas de comunicação acessíveis a todos os cidadãos, dados sobre o uso dos recursos da educação.
- Consolidar em lei a obrigatoriedade das Conferências Municipais e Regionais de educação em Campinas.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Educação com infraestrutura e pessoal administrativo, assim como um setor de comunicação que seja responsável por dar visibilidade às pautas e decisões do mesmo a toda a sociedade.
- Apoiar e fortalecer o Fórum Municipal de Educação como espaço de todas as entidades educacionais e movimentos sociais de Campinas.
- Fomentar a criação de um Observatório do Plano Municipal de Educação, formado por profissionais da educação das redes municipal, estadual e privada e pesquisadores das universidades locais.
- Fortalecer o Conselho das Escolas Municipais, formado por representantes de todas as escolas municipais, incluindo-se profissionais, familiares e estudantes.
- Democratizar decisões sobre compras centralizadas de materiais pedagógicos, livros e mídias educativas, criando Comissões com representação de profissionais das escolas e da Secretaria e NAEDs - Núcleos de Ação Educativa Descentralizada.
- Publicizar amplamente um Plano Anual de construção e reformas das escolas, ouvindo as comunidades envolvidas nas reformas.
- Fortalecer os Conselhos de Escola.
- Fortalecer a reconstrução da relação família-escola.
- Fortalecer a participação dos estudantes nos Conselhos de Escola e Conselho das Escolas Municipais, devem ser estimulados e apoiados a construir Grêmios Escolares, a fim de manifestarem com autonomia suas vozes.
- Fortalecer os NAEDs como espaços de consolidação das ações e mapeamento das demandas e problemas a serem resolvidos pelo poder público, visando o bom funcionamento de cada escola. Incrementar processos democráticos de decisões nos NAEDs, em que as equipes gestoras das escolas sejam ouvidas nas decisões e participem de avaliação do trabalho do Representante Regional.
- Fortalecer a Avaliação Institucional Participativa em curso na rede municipal com apoio efetivo às Comissões Próprias de Avaliação – CPAs – como instâncias de gestão participativa, em articulação com os Conselhos de Escolas, o Conselho das Escolas Municipais e Conselho Municipal de Educação.
- Estabelecer a Avaliação do sistema educacional a partir de indicadores construídos coletivamente, que levem em conta a política para a educação do município, o projeto de cada escola, a região de localização, suas potencialidades e dificuldades.
- Efetivar junto às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs - que fazem a gestão dos Centros de Educação Infantil Bem Querido, antes denominados “Nave Mãe”, o compromisso com os princípios e práticas da gestão democrática, nos termos da LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, tendo nos Conselhos de Escola o primeiro instrumento de participação.

- Respeitar a organização autônoma dos trabalhadores da educação, incluindo-se os profissionais das instituições parceiras, em entidades sindicais ou outros coletivos que se formem com o intuito de estabelecer o diálogo com o poder público a respeito das políticas educacionais.
2. Expansão da educação básica pública estatal (mantida pelo estado) desde a creche até a EJA

Visando ampliar o atendimento, seguem as principais ações propostas:

- Realizar diagnóstico das atuais demandas por vagas na Educação infantil, ensino fundamental e EJA, inclusive com mapeamento dos alunos que demandam atendimento de recursos da Educação Especial na perspectiva inclusiva.
- Ampliar número de creches articuladas à políticas de apoio às mulheres e suas necessidades de trabalho. Criar creches noturnas em bairros em que se mostrar mais necessário, considerando as demanda das famílias.
- Aperfeiçoar o georreferenciamento para localizar as demandas regionais por construção de novas escolas, com vistas a oferecer vagas a todos os que têm direito a ela.
- Elaborar plano de reformas, ampliações e adequações das escolas, visando ambientes acessíveis a todos, seguros, confortáveis e favoráveis às variadas atividades de ensino e aprendizagem.
- Realocar escolas hoje localizadas em áreas de risco e vulneráveis aos agravos e desastres ambientais.
- Ampliar o número de escolas de Educação integral no Ensino Fundamental e Educação Infantil, buscando atender as regiões com maior demanda e a partir de planejamento realizado com equipes escolares, comunidades e NAEDs, buscando, assim, o cumprimento das Metas estabelecidas no PNE e PME.
- Realizar concursos públicos para todos os profissionais necessários à realização de um atendimento escolar com qualidade.
- Realizar a busca ativa para jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental na cidade de Campinas; planejar e consolidar seu atendimento qualificado nas turmas de EJA Anos Iniciais e EJA Anos Finais.
- Mobilizar todas as condições necessárias para a universalização do atendimento educacional das crianças, jovens e adultos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observando os direitos desta população a frequentar preferencialmente a escola regular. Expandir o atendimento especializado no contraturno em salas de recursos multifuncionais e classes e escolas bilíngues de surdos, em centros de atendimentos regionalizados, e provendo também outros serviços especializados públicos ou conveniados que apoiem a escolarização com aprendizagem a todos os estudantes.
- Criar o Centro Municipal de Estudos de Línguas, como um projeto piloto, voltado ao atendimento de estudantes do ensino fundamental e EJA. O planejamento do Centro será realizado pelo Departamento Pedagógico, em comissão com participação de educadores e pais de alunos, com intuito de se

pensar o modelo mais adequado às necessidades do público alvo a ser atendido, assim como os critérios para distribuição de vagas.

- Valorização e incremento do Centro Escolar Municipal de Música “Manoel José Gomes”, com estudo para ampliar seu funcionamento em um polo regionalizado.

3. Elevação da qualidade social da educação e os vínculos da escola com a vida.

- Promover o amplo acesso das crianças das classes populares à cultura, às artes, ao conhecimento científico, desenvolvendo a consciência crítica e sua auto-organização mediante participação em suas entidades estudantis e espaços de gestão pedagógica escolar.
- Elevar as condições de vida de estudantes e professores, do trabalho docente nela desenvolvido, criando novas relações entre os professores, entre estudantes e professores, bem como os vínculos da escola com a vida social e os movimentos sociais.
- Incentivar a auto-organização e autodireção das crianças e jovens, em cada classe, na escola e fora dela, na vida social, com a criação de coletivos de classe, Grêmios Estudantis e outras formas organizativas em torno das atividades essenciais da escola, como condição necessária para o desenvolvimento da gestão democrática da unidade escolar.
- Buscar o aprimoramento do trabalho educativo sobre bases coletivas com incentivo a novas formas de organização dos profissionais docentes: criação dos coletivos de ciclo/salas e de novas formas de desenvolvimento dos tempos destinados à discussão coletiva dos professores, fortalecendo o trabalho solidário, companheiro, de apoio e superação das dificuldades que o trabalho docente enfrenta. Estimular que professores assumam a Coordenação de Ciclos, a partir da escolha entre pares.
- Promover entre todos os educadores o contínuo estudo das práticas educativas, tomando como referência as Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Básica e outras produções teóricas e práticas, sempre visando retomar, aprofundar e rever conceitos e propostas explicitadas naquele Documento, com fins de aprimoramento do trabalho pedagógico.
- Fomentar convênios com as universidades públicas, na busca de parcerias na pesquisa educacional, sempre buscando o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem, como também da gestão das escolas e dos órgãos centrais da Secretaria.
- Reavaliar os testes censitários que favorecem a meritocracia e punições às escolas, e que estão criando caminhos para a privatização das escolas “improdutivas”, ou seja, aquelas consideradas “ineficientes” por não alcançarem metas pré-fixadas.
- Diminuir o número de alunos em sala de aula, considerada uma das medidas mais eficazes para aumentar a qualidade da educação, a começar por escolas em áreas de risco.
- Ampliar e atualizar as bibliotecas escolares, laboratórios de ciências e espaços para vivências corporais e artísticas.

- Adquirir, a partir de indicações realizadas por grupo técnico formado por educadores da Rede Municipal de Ensino e estudantes, livros, equipamentos e programas multimídias para incremento dos recursos pedagógicos nas escolas.
- Incentivar e criar condições objetivas para que as Bibliotecas Escolares sejam mantidas abertas, realizando empréstimos às pessoas de todas as idades em cada comunidade local.
- Recuperar e construir, onde não houver, teatros e espaços de apresentações culturais nas escolas, visando possibilitar ou dinamizar a produção artística durante a semana e apresentações nos finais de semana para as comunidades.
- Fortalecer telecentros de comunicação e informática, através da abertura e ou modernização das salas de informática das escolas, buscando elevar as práticas com uso de diversas tecnologias.
- Participar de programas nos moldes do Bolsa Ciência ou PIBIC (Programa de Bolsa de Iniciação Científica), que são promovidos no âmbito dos governos federais ou estaduais visando organizar a atuação de alunos do ensino médio ou superior junto às escolas de ensino fundamental, como monitores de ações envolvendo o uso de novas tecnologias.
- Contratar estagiários das áreas da pedagogia, licenciaturas, biblioteconomia, ciência e tecnologia, psicologia escolar, saúde e comunicação social, para apoiarem os trabalhos nas escolas.
- Propor a abertura das escolas da Rede Municipal aos finais de semana, a partir de estudos e diálogos com as equipes escolares e comunidades e da viabilidade de recursos humanos e materiais.
- Incentivar as parcerias entre a escola e outros sujeitos coletivos localizados no território em que ela está inserida, de modo que educadores e estudantes dialoguem com a rede de relações comunitárias sustentadas em outras dinâmicas produtivas e/ou reprodutivas
- Fortalecer as políticas e instâncias intersetoriais, articulando as ações entre educação, saúde, cultura, segurança, ação social e cidadania, Conselho Tutelar, elevando a qualidade de vida de nossos estudantes da creche às classes de EJA, e dos profissionais da educação.

### 3. Políticas de valorização e formação dos profissionais da educação

- Valorizar os profissionais da educação, assegurando condições adequadas para sua formação teórica e prática, cumprindo a Lei do Piso Nacional Profissional, implementando 1/3 da jornada para horas de formação, planejamento e avaliação, para todos os docentes.
- Promover a progressiva concentração dos professores em uma só escola, visando a qualidade de vida e de trabalho de todos os profissionais.
- Implementar uma Carreira que contemple todos os educadores da Rede Municipal de Ensino de Campinas, docentes e não docentes, que seja construída com participação e que seja pautada pela valorização da formação contínua, em especial o aperfeiçoamento buscado em cursos de pós graduação, e pela superação das dificuldades inerentes ao trabalho pedagógico.
- Implementar uma política salarial de recuperação de perdas acumuladas para todos os funcionários públicos municipais.

- Estabelecer condições de trabalho que resguardem o bem estar dos profissionais da educação, cuidando dos aspectos de intensificação e sobretrabalho, que promovem estresse e ameaçam sua saúde física e mental.
- Incentivar e proporcionar as condições materiais para que todos os educadores participem de atividades de formação continuada, criando espaços adequados para eventos como cursos, encontros e seminários, nas proximidades de cada NAED e considerando a expansão da Rede Municipal de Ensino pelas diversas regiões da cidade.
- Regulamentar, a partir da escuta e participação ampla, as atribuições de aulas/blocos de escolas, remoção, funções, carga horária, jornadas e salário dos professores adjuntos, dando estabilidade às regras que regem sua vida profissional e igualando direitos e benefícios destes com os demais professores da rede municipal de ensino.
- Regulamentar as funções, jornadas, salários e demais condições de dedicação ao trabalho dos monitores e agentes de educação infantil, reconhecendo a natureza de seu trabalho como essencialmente docente.
- Garantir formação em Pedagogia para os monitores e agentes de educação infantil para que se aprimorem nas práticas pedagógicas junto às crianças.
- Criar cargos de Cuidadores, estabilizando e promovendo o atendimento digno e qualificado às crianças, jovens e adultos que necessitam dos apoios especiais para estarem na escola, aprendendo e convivendo com seus pares.
- Prover as escolas com equipes completas de gestores e pessoal de serviços administrativos e realizar estudos de viabilidade de ampliação de cargos de Orientadores Pedagógicos nas escolas com mais de dois períodos de funcionamento.
- Prover os NAEDs, Departamentos e Coordenadorias da Secretaria municipal de educação com pessoal técnico e administrativo que possibilite a articulação e coordenação dos processos de formulação, implementação e avaliação das política educacionais com a mais ampla participação, visando atingir a meta de oferecer uma educação de alta qualidade a todas as crianças, jovens e adultos.
- Promover uma política de formação continuada para todos os educadores, que considere suas demandas, a complexidade e os desafios da educação das novas gerações.

#### 5 . Financiamento público da educação pública:

- Promover com rigor legal e critério técnico e eficiente o uso dos recursos financeiros da educação municipal.
- Fortalecer o Conselho do FUNDEB, como importante órgão fiscalizador do uso dos recursos públicos.
- Reavaliar a isenção fiscal concedida a setores determinados que representem impacto nos recursos para a educação pública.
- Democratizar o acesso à população sobre o orçamento da educação, publicando de modo didático e acessível aos educadores, estudantes e suas famílias, boletins com detalhamento dos gastos.
- Promover a participação da comunidade escolar na definição de prioridades do investimento na educação.

- Fortalecer e incrementar o Conta Escola, instrumento consolidado na Rede Municipal de Ensino, visando maior autonomia financeira das escolas nas ações de melhoria e manutenção dos espaços e materiais pedagógicos.
- Atuar junto à Frente de Prefeitos e UNDIME - União dos Dirigentes Municipais de Educação -, para a exclusão da área da educação da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- Defender intransigentemente a concepção de “escola pública
- Exigir, em um movimento articulado com organismos sociais em defesa dos direitos à educação, que o novo FUNDEB contemple o aumento do repasse da União aos municípios (hoje da ordem de 10%), para 30% a 40% e seja mantido apenas com recursos públicos.
- Criar um Fundo Público Educacional, como instrumento públicos de gestão pública.

---

## HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

---

Campinas se destaca no cenário nacional em razão de sua economia forte e diversificada, pela presença de comércios, centros inovadores no campo das pesquisas científicas e tecnológicas, pela sua rede de infraestrutura e de equipamentos e pela sua localização estratégica.

Apesar do seu potencial político e econômico, a cidade não conseguiu garantir, de forma satisfatória, o acesso à moradia digna à população de baixa renda.

De acordo com dados do IBGE- Censo 2000 existe no município um déficit habitacional de 47.965 unidades.

Segundo informações prestadas pela COHAB – Campinas o Cadastro de Interessados em Moradia – CIM conta com 40.676 inscritos, sendo que 96% da renda familiar dos cadastrados é de até R\$ 4.000,00 (informação de junho de 2020).

Foram definidos os seguintes **EIXOS PARA O PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:**

- Participação popular;
- Regularização fundiária;
- Construção de empreendimentos habitacionais de interesse social;
- Requalificação habitacional;
- Fortalecimento institucional e adequação da legislação municipal.

### **1) PARTICIPAÇÃO POPULAR:**

Para isso é fundamental a adoção das seguintes medidas:

- Realização de oficinas (geração de trabalho e renda), conferências, debates, fóruns de discussão, palestras, cursos profissionalizantes visando ampliar a possibilidade de formulação e deliberação das propostas e ações e capacitar os movimentos, associações e cooperativas.

- Fortalecimento do Conselho de Habitação, do Conselho do Fundo de Apoio à População de Sub-Habitação Urbana - FUNDAP e do Fundo Municipal de Habitação - FMH, com estrutura que permita a participação ativa e coletiva de seus membros.

- Criação de uma incubadora (estrutura para suporte e capacitação) de Associações e Cooperativas habitacionais populares, tanto para novas entidades, como

para potencializar as associações de moradores para atuar na organização de novos projetos habitacionais, como na regularização fundiária, requalificação urbana e melhorias habitacionais em processos mobilização comunitária de modo a se construir parcerias público populares (PPP's) através de editais específicos.

- Buscar a realização de convênios ou parcerias com os Cartórios visando desonerar as Associações de Moradores dos custos registrais para proporcionar maior organicidade e legalidade às Entidades.

## **2) REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:**

Tal eixo compreende:

- Execução de intervenções visando erradicar riscos, com realização de obras e/ou remoção ou reassentamento da população atingida;
- Melhoria das condições de habitabilidade, com implantação de infraestrutura, de equipamentos, de serviços urbanos e recuperação ambiental;
- Titulação dos moradores;
- Registro do núcleo urbano informal na Serventia Imobiliária competente;
- Instalação, quando possível, de hortas comunitárias entre outras atividades geradoras de trabalho e renda no próprio núcleo ou no seu entorno;
- Articulação com programas de gestão ambiental e de inclusão social - saúde, educação, assistência e geração de emprego e renda, com prioridades para a vocação territorial da área em processo de regularização.

Para viabilizar a regularização fundiária deverão ser utilizados, dentre outros, os seguintes instrumentos:

- Aplicação dos instrumentos previstos na Lei Federal 13.465/17 e na legislação municipal que trata da regularização fundiária.
- Celebração de convênios com universidades e escolas técnicas públicas e privadas (dentro de suas políticas de extensão universitária), ONG's e associações profissionais, para a elaboração de projetos, desenvolvimento de trabalhos sociais, assessoria jurídica aos moradores, etc.

## **3) CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL:**

Tal eixo compreende:

- Aquisição de áreas para construção de empreendimentos de interesse social. A escolha das áreas deve priorizar a instalação de pequenos empreendimentos em regiões centrais ou em regiões que dispõem de boa infraestrutura instalada;
- Utilização do instituto da arrecadação dos imóveis abandonados, requalificando-os e dando a eles destinação de habitação de interesse social;
- Produção de empreendimentos habitacionais de interesse social pelo Poder Público (administração direta ou indireta), garantindo o controle de projetos, custos e prazos de forma transparente, utilizando a tecnologia BIM – Modelagem da Informação da Construção;

- Priorização da implantação de loteamentos (lotes urbanizados) ou de condomínios horizontais ou assobradados;
- Apoio e incentivo à produção de empreendimentos habitacionais de interesse social pelo setor privado, associações, cooperativas e mediante parcerias público/privadas e público/popular;
- Apoio e incentivo aos projetos sustentáveis, com aproveitamento dos recursos naturais (ventilação e luminosidade), com eficiência energética, gestão e economia de água, gestão de resíduos, conforto térmico e acústico e uso de tecnologias e produtos que não agredem o meio ambiente;
- Apoio e incentivo aos processos de autoconstrução em especial de mutirões;
- Implementação de concursos públicos e convênios com Universidades (dentro de suas políticas de extensão universitária) para desenvolvimento de projetos, garantindo boa arquitetura e diversidades nos conjuntos habitacionais;
- Garantia da instalação de espaços públicos de qualidade e de equipamentos públicos nas proximidades dos empreendimentos;
- Instalação de hortas comunitárias entre outras atividades geradoras de trabalho e renda ambientalmente sustentáveis no próprio empreendimento ou no seu entorno;
- Articulação com programas de educação e gestão ambiental e de inclusão social - saúde, educação, assistência e geração de emprego e renda.

**Para implementação deste eixo deverão de utilizados, dentre outros, os seguintes instrumentos:**

- Delimitação de ZEIS (zona especial de interesse social) na região central, em bairros com infraestrutura instalada e nas proximidades dos núcleos que tenham necessidade de remoção, a fim de garantir a implantação de EHIS. Aplicação de tal instrumento depende de lei;
- Identificação dos imóveis abandonados para fins de arrecadação;
- Delimitação de imóveis para aplicação dos instrumentos de parcelamento, edificação ou utilização de compulsórios (áreas que não cumprem função social - vazios urbanos que servem para especulação imobiliária. Isso geraria um grande estoque de terras para o município). Aplicação de tal instrumento depende de lei;
- Desapropriação;
- Delimitação de áreas para aplicação do direito de preempção;
- Parcerias público/privado;
- Celebração de convênios com universidades públicas e privadas e Institutos Federais (dentro de suas políticas de extensão universitária), ONG's e associações profissionais, para a elaboração de projetos, desenvolvimento de trabalhos sociais, assessoria jurídica aos moradores, etc.

#### **4) REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL:**

Tal eixo compreende:

- Promover a reforma de unidades habitacionais precárias da população de baixa renda de forma a garantir a segurança, estabilidade, conforto ambiental (ventilação e iluminação) e salubridade das construções, assim como a incorporação de tecnologias e materiais sustentáveis;

- Desenvolver parcerias para a implementação de projetos estéticos , com pinturas e rebocos das unidades de auto construção, proporcionando uma melhor condição urbanística para a população de baixa renda;

- Garantir a manutenção dos espaços coletivos através de equipe técnica ou comitê empreendedor, disponível para o acompanhamento de projetos e reparos necessários.

- Estimular os mutirões e a organização de cooperativas de trabalho e de pequenas empresas locais para realização desses trabalhos, gerando mão de obra para a população de Campinas;

Para a atuação neste eixo, será celebrado convênios com universidades e escolas técnicas públicas e privadas (dentro de suas políticas de extensão universitária), ONG's e associações profissionais, para a elaboração de projetos, desenvolvimento de trabalhos sociais, assessoria jurídica aos moradores, etc.

## **5) FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E ADEQUAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL:**

Tal eixo compreende:

- Melhoria da estrutura da Secretaria de Habitação, do Fundo de Apoio à População de Sub-Habitação Urbana- FUNDAP e do Fundo Municipal de Habitação (de pessoal, de capacitação e atualização do corpo técnico, de melhoria no espaço físico, de equipamentos, de softwares);

- Articulação das Gestão Institucional para a elaboração dos projetos e qualificação dos profissionais;

- Adaptação da legislação urbanística. Nesse aspecto, há necessidade, dentre outras adequações na legislação:

- delimitar as Zonas Especiais de Interesse Social- ZEIS de Indução;

- delimitar os imóveis para aplicação dos instrumentos de parcelamento, edificação ou utilização de compulsórios (vazios urbanos que não cumprem a função social da propriedade);

- delimitar as áreas de para aplicação do instrumento de preempção;

- estabelecer, para os empreendimentos comerciais, de serviços, industriais, institucionais e de empreendimentos habitacionais sujeitos à EIV um percentual à título de contrapartida social ligada à política de habitação. A contrapartida poderá ser paga em espécie ou através de execução de intervenções (obras de infraestrutura nos núcleos, construção de unidades ou de empreendimentos de interesse social e requalificação habitacional). Tratando-se de contrapartida em espécie, essa seria depositada no FUNDAP.

- atualizar a lei de regularização fundiária, nos termos da Lei Federal 13.465/17;

- no caso de venda de imóveis regularizados no âmbito da REURB-E, destinar os recursos ao FUNDAP para utilização na REURB-S e na construção de empreendimentos ou reforma de unidades para famílias de baixa renda.

## **6) FONTES DE RECURSOS PARA VIABILIZAÇÃO DO PROGRAMA**

Para implementação dos Eixos do **PROGRAMA DE HABITAÇÃO POPULAR E DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**, serão utilizadas, dentre outras, as seguintes fontes de recursos:

- Recurso Federal – através dos programas específicos;
- Recurso Estadual – através de programas específicos;
- Recurso Municipal – orçamento e recursos aplicados no FUNDAP, FMH e do **FUNDO MUNICIPAL DE PREVENÇÃO E REPARAÇÃO DE DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS – FUNDIF**;
- Exigir de empreendimentos comerciais, de serviços, industriais, institucionais e de empreendimentos habitacionais sujeitos à EIV um percentual à título de contrapartida social ligada à política de habitação. A contrapartida poderá ser paga em espécie ou através de execução de intervenções (obras de infraestrutura nos núcleos, construção de unidades ou de empreendimentos de interesse social e requalificação habitacional). Tratando-se de contrapartida em espécie, essa seria depositada no FUNDAP (depende de lei);
- Contrapartida das famílias beneficiadas com mão de obra, especialmente nos casos de mutirão e autoconstrução;
- Recursos oriundos da venda de imóveis regularizados no âmbito da REURB-E (depende de lei);
- Recursos oriundos da outorga onerosa do direito de construir (Lei Complementar 189/18) e da outorga onerosa de alteração do uso do solo (Lei Complementar 208/18);
- Recursos oriundos de Organismos Internacionais, à exemplo do BIRD, BID, União Européia, Cities Alliances.

---

## SANEAMENTO

---

### **O SANEAMENTO EM CAMPINAS**

O saneamento básico em Campinas é atendido pela Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento - Sanasa S/A, é uma empresa de sociedade de economia mista, criada em 28 de agosto de 1974, tendo como sócio majoritário a Prefeitura Municipal de Campinas (99.9% do capital social).

### **SEGURANÇA HÍDRICA**

Campinas tem como principal manancial o rio Atibaia, onde a Sanasa tem a outorga para retirada de pouco mais de 4 m<sup>3</sup>/s, capaz de atender totalmente a demanda projetada para a cidade.

A maior fragilidade hídrica de Campinas é a inexistência de redundância de manancial, ou seja, uma crise no rio Atibaia será inevitavelmente uma crise para Campinas. A captação no rio Capivari não tem peso para ser incluída em qualquer avaliação estratégica. É da ausência de uma redundância de manancial que ganha força a ideia de que Campinas deve ter um reservatório para si, como a proposta absurda do atual prefeito de construir o “nosso Cantareira”, um reservatório de cerca de 17 milhões de m<sup>3</sup>. Localizado em Sousas e formado pelo mesmo rio Atibaia, que por sua vez, é regularizado e dependente do sistema Cantareira, não há justificativa técnica para sua construção, pois, além de minúsculo para o aumento da segurança hídrica, não terá qualquer efeito desde que mantida a garantia de vazão mínima de 10m<sup>3</sup>/s no ponto onde a cidade retira 4m<sup>3</sup>/s.

Ainda no tocante à segurança hídrica, o Programa de Governo deverá apresentar medidas efetivas para a redução do consumo de água, o que exige um projeto articulado e de folego. Não é simples mudar padrões e hábitos de consumo.

#### **PROPOSTAS:**

- Não à barragem de Sousas e desenvolver estudos para a construção de uma adutora do Sistema Cantareira para a Região de Campinas;
- Conversão da Barragem de Salto Grande (Americana) em reservatório de usos múltiplos;
- Não à barragem de Pedreira pela extensão dos impactos ambientais produzidos;
- Restituição do rio Atibaia à sua condição natural de rio e não de canal para abastecimento.
- Redução de Perdas com substituição de redes; maior utilização de água de reuso e outras tecnologias; instituir mudanças de padrões de consumo e utilização do bem água
- Programas de recuperação de nascentes associada à recuperação de áreas de preservação permanente.
- Investir recursos na Educação Ambiental, instrumento sustentável e indispensável à formação de uma cultura de práticas ambientais racionais.

#### **GESTÃO E SANEAMENTO**

A empresa de saneamento de Campinas tem hoje uma das tarifas de água mais caras do Brasil. Comparadas suas tarifas às da Sabesp, chegam a ser 120% maiores.

A redução das tarifas será feita observando 3 critérios fundamentais:

(1) progressividade no tempo;

(2) será escalonada entre bairros de Campinas.

(3) resultado final deve ser positivo, ou seja, a gestão dos serviços deve gerar lucro, com novos parâmetros econômicos e sociais, garantindo-se condições para a manutenção dos investimentos da empresa e níveis aceitáveis de endividamento

#### **PROPOSTAS:**

- Redução progressiva e escalonada das tarifas residenciais na cidade de Campinas, conforme mapa de valores e com descontos maiores para os bairros populares;
- Redução progressiva das tarifas Comercial, Industrial e Poder Público;

- Fim da cobrança do valor mínimo de 10m<sup>3</sup> mensais. Estabelecimento de uma TBO – Tarifa Básica Operacional e cobrança pelo valor efetivamente consumido.
- Destinação de 50% do lucro anual da Sanasa para a área da saúde.
- Redução das despesas com uma gestão eficiente e redução drástica nos cargos comissionados e contratados;
- Revogar o §1º do ART.144-A da Lei Complementar 10 de 30 de Junho de 2004, alteração aprovada em 20 de Junho de 2020, que vincula os juros do capital próprio e dividendos anuais transferidos pela SANASA a Prefeitura Municipal, como garantia de cobertura de déficits do Si
- Estabelecer de forma transparente uma negociação com o sindicato em seus acordos e dissídios coletivos;
- Criação do Conselho Municipal de Saneamento, com membros eleitos diretamente pela sociedade;
- Ampliar os canais de comunicação com a população e transparência nas informações.

---

## TRANSPORTE E MOBILIDADE

---

### PLANEJAMENTO E MOBILIDADE URBANA.

A visão democrática e popular avançada para garantir o duplo caráter e função de desenvolver a produção, a riqueza e o bem estar social de todos exige um PLANO DE MOBILIDADE URBANA. E fator chave, essencial para a produção, geração de riqueza e elevação do padrão de vida da população.

**POLÍTICA DE TRANSPORTE PUBLICO É DIREITO DO POVO E OBRIGAÇÃO DO ESTADO.**

#### Fontes de recursos:

- Receitas de impostos gerados pelos serviços contratados;
- Tarifas de usuários;
- Recursos orçamentários partilhados entre entes federativos;
- Política de desonerações e definição das gratuidades (política de subsídios).
- Eixos e Ações:
- Convênios entre entes públicos e com empresas operadoras.
- Planejamento de integração regional entre municípios;
- Plano Municipal de mobilidade urbana;
- Plano de investimentos municipais na infraestrutura de viário e estruturas.

#### Política Social de Gratuidades:

- Ocupados informais;
- Desocupados do CADUNICO;
- Estudantes com corte social e de renda.
- Universitários PROUNI e FIES;

- Idosos e crianças (menor de 10 anos).

## DIRETRIZES PARA UMA POLÍTICA DE TRANSPORTE MUNICIPAL

- 1- Reavaliar a rede a fim de potencializar as linhas do sistema tronco alimentador.
- 2- Planejar e implantar novos corredores de transporte coletivo anéis viários para trânsito e transporte.
- 3- Prioridade total ao transporte coletivo de massas, integrado, único, em rede (BRT, VLT, Trem Metropolitano, Rodoviário). Linhas expressas, ônibus modernos, confortáveis e tarifas subsidiadas.
- 4- Integração tarifária completa no município e com a região metropolitana.
- 5- Desenvolver o sistema de monitoramento da frota para maior e melhor fiscalização e punição às irregularidades do serviço.
- 6- Política de financiamento e subsídios ao sistema, sob controle total do poder público. Controle absoluto das receitas operacionais das empresas contratadas.
- 7- Humanização rigorosa do sistema, transparência e controle social.
- 8- Planejamento de obras para mitigar impacto nos pontos de gargalo de trânsito que comprometam fluidez e eficiência do transporte coletivo e individual.
- 9- Atualizar plano de circulação e transporte (cargas, estacionamento, taxis, aplicativos, fretados, PAI, alternativos, terminais, pontos e pedestres).

---

## SEGURANÇA PÚBLICA

---

### Atuação da Guarda Municipal

- Desenvolver uma atuação na forma de prevenção, rondas preventivas, e não ostensivas, uma vez que esta ação já é desenvolvida pela PM, ronda escolar, Guarda Comunitária, integrada mesmo à comunidade, buscando desenvolver o reconhecimento e respeito por meio de ações positivas.
  - Utilização de tecnologias, meios e equipamentos de inteligência.
  - A modernização e manutenção regular dos equipamentos.
  - Combate as questões das drogas e do tráfico em conjunto com as polícias Federal, Militar e Civil, tratando o usuário como uma questão de saúde pública e trabalhando em conjunto com as secretarias de saúde, direitos humanos.
    - Estabelecer um conjunto de ações, métodos e disciplinas, apresentadas na academia que levarão ao aluno, discussões sobre realidade social, desigualdades, combate ao racismo, preconceito e intolerância.
    - Valorizar a carreira do servidor guarda municipal, que é a forma mais eficiente para combater a corrupção e os desvios de conduta.
    - Proporcionar aos agentes da Guarda Municipal acompanhamento permanente, por de profissionais da área da saúde.
    - Buscar integração com Secretarias de Segurança Pública de outros municípios, buscando trocar experiências, projetos e ações.

- Criar em conjunto com as secretarias de esporte, cultura e saúde, ações no sentido de realizar competições, festivais e campanhas de saúde, para integrar e trazer a corporação para um convívio com a comunidade e buscar integrar cada vez mais o agente de segurança, com as questões particulares de cada comunidade e principalmente do município como um todo.

---

## TURISMO

---

- Elaborar em conjunto com a Secretaria da Educação projetos educacionais e transversais que desenvolveram ações de recuperação do patrimônio histórico, cultural, ambiental, gastronômico e social na perspectiva da identificação e valorização dos antigos cidadãos que contribuíram com o desenvolvimento da cidade.
- Ações a serem desenvolvidas no Fundamental I de 1ª a 5ª séries na identificação e valorização dos antigos cidadãos que contribuíram com o desenvolvimento da cidade e na Valorização dos territórios como espaços sociais de troca em seu bairro e sua região.
- Ações a serem desenvolvidas no Fundamental II de 6ª a 9ª séries a partir do arruamento do entorno da escola / Casa de Cultura – identificar quem são as pessoas que dão nomes a esses arruamentos e sua importância para a cidade e para a região
- Inventariar o patrimônio histórico, cultural, ambiental e social do entorno da escola/casa de cultura.
- Recuperação dos Museus e Casas de Cultura como importante espaço do patrimônio humano, artístico e cultural da cidade através de parcerias públicas e privadas e uma gestão sustentável desses espaços para com a sociedade em horário de funcionamento alternativo. Com a Articulação direta com as Secretarias de Educação e Cultura e afins para projetos em conjunto.
- Oficinas de Empreendedorismo Social, Gastronômico e Criativo
- Descentralização da Feira de Artesanato para outros espaços da toda a cidade, previamente estabelecidos e definidos em conjunto com as Secretaria de Urbanização, EMDEC e etc. a partir dos princípios da Economia Criativa (como conjunto de atividades que resultam em indivíduo ou grupos exercitando as suas habilidade e de livre criação visando agregar valor econômico á seu produto e/ou serviços ) em consonância com os critérios já implementados e estabelecidos em Edital pela Secretaria de Cultura.
- Descentralização da Feira gastronômica “Chefes da Praça” para outras praças e espaços sociais da cidade na perspectiva de valorização do pequeno e médio empresário do setor de bares e alimentação da cidade de Campinas, através de propostas estabelecidos e definidos em conjunto com as Secretarias tendo como eixo indutor os princípios da Economia Criativa (como conjunto de atividades que resultam em indivíduo ou grupos exercitando as suas habilidade e de livre criação visando agregar valor econômico á seu produto e/ou serviços) em consonância com os critérios já implementados e estabelecidos
- Inventariar os estabelecimentos de Alimentação dos bairros periféricos na perspectiva de estruturação de negócios na área de Alimentação fora do Lar, tendo como parâmetro a metodologia desenvolvida pela ÉNois – Escola de Jornalismo

(ORGANIZAÇÃO Social Juvenil) entre outros para a organização em um Guia de bares e restaurantes localizados nas áreas periféricas da cidade com vistas ao fortalecimento da economia local e criativa. Projeto Social envolvendo Jovens de 14 a 17 anos obrigatoriamente matriculados e cursando a Escola (Ensino Médio e/OU EJA).

- Acordos de cooperação e expansão da rede de Educação Pública e Privada para a formação e capacitação técnica e operacional formal de mulheres e jovens em oficinas de Gastronomia, Moda e Design etc. CONTRAPARTIDA Mulheres com filhos obrigatoriamente matriculados e cursando em todos os eixos e carteira de vacinação dos filhos menores de 15 anos em dia. Regularização dos Documentos Pessoais e dos filhos menores de 18 anos. Jovens obrigatoriamente matriculados Ensino Médio/ EJA e/ou Profissionalizantes) e com carteira de vacinação em dia, quando menor de idade autorização do pai/mãe e/ou responsáveis legais.

- Ampliar a oferta de vagas Ceprocamp (Município), SENAI (Estadual), Centro Paula Souza (Estadual), Universidades Privadas que ofereçam cursos de Gastronomia, Moda e Design, Turismo entre outros para oficinas para capacitação técnica e operacional do público-alvo (Parceria Público Privada).

- Incentivar a criação de uma Faculdade municipal que desenvolva competências para as necessidades de qualificação de atividades do município.

- Ampliação da oferta de serviços para todos os segmentos do turismo e não somente o turismo de negócios, que é reconhecidamente um dos eixos indutores da economia para a cidade e região

- Desenvolver a ações de turismo efetivas nas áreas rurais nos seguintes bairros: Bairro Friburgo e Fogueteiro: São comunidades alemãs e suíças que se organizam em propriedades de agricultura familiar e produzem milho, morango, batata e hortaliças.

- Bairro Pedra Branca: O bairro rural é composto por pequenas propriedades de agricultura familiar, com produção de frutas, sendo: kinkan, goiaba, carambola, pêssego, banana e figo. Encontra-se a presença da comunidade japonesa e italiana.

- Distritos de Sousas e Joaquim Egídio: Apesar da vasta área rural, são poucas as propriedades produtivas, por esta razão as modalidades de turismo desta região estão mais relacionadas com gastronomia, aventura e cultural. As poucas propriedades produtivas com potencial para turismo rural estão localizadas no Núcleo Santa Maria, Bairro dos Limas e Serra das Cabras.

- Região do Bairro Carlos Gomes: Situação similar à região dos Distritos de Sousas e Joaquim Egídio, no entanto com menor presença de fluxos turísticos. As propriedades do “Seo” Otacílio e Fazenda Centenário já participaram do programa de turismo rural.

- Incentivar a elaboração de roteiros de visitas e acolhimento para a cidade como ênfase na economia criativa e social e priorizando regiões menos favorecidas.

- Recuperação do Centro e áreas adjacentes com projetos de iluminação pública, segurança, saúde, inovação e tecnologia para a geração de novos espaços econômicos através de cooperação e uso compartilhamento de espaços.

- Incentivos fiscais para empresas de inovação tecnológica e/ou social para ocupação e recuperação de espaços públicos de representatividade para a cidade,

- Articulação entre as empresas que atuam no Setor da Hospitalidade – Hotelaria, Agência de Viagens, Centro de Formação, Escolas Públicas e Privadas, Empresas de Viação Turismo, Viação Urbana, Cias Aéreas, Bares, Restaurantes, Casas de Cultura e Museus entre outros.

- Implantação de roteiros de visitação pela cidade tendo como base o Projeto CAMPINANDO do Sesc Campinas.

---

## POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

---

1. Fortalecer na esfera do poder executiva a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Constituir assessorias (sempre levando em conta estrutura do tamanho geográfico do município), o Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial com representações das Organizações da Sociedade Civil e do poder público municipal.

2. Criar e implementar Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial, tendo como referência as diretrizes e metas estabelecidas em âmbito federal pelo Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Estatuto da Igualdade Racial, com especial atenção para as mulheres e a juventude negra da cidade.

2.1 – Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial para uma cidade educadora

2.2 - Plano Municipal de promoção da Igualdade Racial e o combate às desigualdades raciais na saúde.

2.3 – Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial fortalecendo a cultura negra no município.

2. 4 – Plano Municipal de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

2. 5 – Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial criando oportunidades de trabalho, emprego e renda.

2. 6 - Plano Municipal de Promoção da Igualdade de raça e Gênero

2. 7 – Plano Municipal de Promoção da Igualdade Racial Saneamento Ambiental

---

## CULTURA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

---

É fundamental retomar o ciclo de estruturação das políticas públicas no município, com o cumprimento das obrigações fixadas no Pacto Federativo já firmado para a integração do município no **Sistema Nacional de Cultura**. Isso significa:

- Enviar à Câmara Municipal o Projeto de Lei que institui o **Plano** Municipal de Cultura já debatido na 4ª Conferência Municipal de Cultura com metas para os próximos 10 anos;
- Instituir em lei o Sistema Municipal de Cultura, com os mecanismos de financiamento, a definição dos componentes do Sistema e as garantias de transparência e participação popular na gestão;
- a revisão da composição do Conselho Municipal de Cultura, debatida nas 3ª e 4ª Conferências Municipais de Cultura;
- a implantação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

- integrar no Sistema Municipal de Cultura os mecanismos existentes de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural material e imaterial

A atuação com base no Plano Municipal de Cultura permite a transparência e cria travas para evitar a captura dos recursos públicos por grupos que se apossam da gestão. Nesses marcos é que é possível estabelecer uma política ampla de **fomento pactuadas em processo de construção pública** com as seguintes ações:

- Retomar a publicação dos editais do FICC;
- Criar novos editais de fomento e apoio a iniciativas que não têm como objetivo a criação de produto cultural em curto prazo, mas que incluam as iniciativas de cultura comunitária, os espaços permanentes de pesquisa de linguagens, produção e circulação artísticas, a manutenção de espaços geridos por comunidades e outras formas.
- Desenvolver o **Programa Cultura Viva** em Campinas e dar continuidade a todas as experiências que se deram a partir dele, tal como Cultura Viva nas Escolas, a Lei Municipal Cultura Viva e outras.
- Garantir o direito dos cidadãos de fazer e acessar as atividades do Carnaval e outros grandes eventos de interesse da população,
- Apoio a eventos comunitários e às iniciativas de circulação da produção simbólica.
- Ampliar a visibilidade integração da programação da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas à política de cultura do município;
- Ações permanentes de criação de **plateia**,
- Criar centros culturais dotados de espaços de múltiplos usos especialmente, mas não somente, nas regiões do Ouro Verde e Viracopos.
- recuperação dos espaços públicos já existentes, tais como os museus, as bibliotecas municipais, os teatros, as casas de cultura e a Estação Cultura que estão com graves problemas de manutenção.

A próxima gestão deverá encarar logo em seu início, com conhecimento prévio, foco e força política o colapso da falta de recursos financeiros e humanos. Grande parte dos atuais servidores serão aposentados no início da próxima gestão. Propomos:

- Além de **recompôr o orçamento** da Secretaria, que diminuiu nos últimos 8 anos,
- recuperar a capacidade de execução do orçamento destinado à pasta.

- Recompôr o quadro de **funcionários** para garantia de funcionamento de todos os equipamentos e serviços existentes.
- Valorização dos servidores de carreira atuais
- Abertura de novos concursos,
- inovações para garantir a prestação de serviços à população;
- aprofundar o **legado de gestão compartilhada** de espaços públicos.

A exemplo de Recife, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo, Campinas precisa criar uma política e programas de incentivo à **economia criativa**. Por isso vamos:

- identificar cadeias produtivas, distritos criativos e vocações.
- Criar programa de incentivo à criatividade integrado à geração de renda, trabalho e oportunidades de desenvolvimento;
- Fazer o mapeamento afetivo dos marcos da cultura local, com o reconhecimento das paisagens culturais da cidade.
- Agregar valor simbólico aos bens e serviços produzidos na cidade

#### **Presidenta**

Marcia Regina Quintanilha

#### **Vice Presidencia**

Denise Teijeiro

Sebastião Arcanjo

#### **Comissão Executiva**

Marcia Regina Quintanilha

Artur Diego Herculano

João Felipe Nascimento

Danilo Ciaco Nunes

Denise Teijeiro

#### **Comissão Política**

Marcia Regina Quintanilha

Artur Diego Herculano

João Felipe Nascimento

Danilo Ciaco Nunes

Denise Teijeiro  
Antônio Carlos Artioli  
Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro  
Ester Moraes  
Gustavo Lemos Petta  
Sebastião Arcanjo  
Paulo André Sawazki  
Sônia Hipolita Sawazki  
Gervasio José Antônio

### **Coordenação do Programa de Governo**

Fernando Vaz Pupo  
Antônio Carlos Artioli  
Denise Teijeiro

### **Coordenadores Grupo Temáticos**

**Desev. Econ. Geração de Emprego e Renda:** Prof<sup>o</sup> Ednilson Arendt; Sra. Denise Teijeiro

**Saúde:** Dr. Paulo Abati; Sr. Paulo André Sawaski

**Educação:** Prof<sup>a</sup> Helena de Freitas; Prof Carlos Siqueira; Prof<sup>a</sup> Sonia Regina de Oliveira;  
Prof<sup>a</sup> Angela Soligo

**Habitação e Reg Fundiária:** Adv. Carlos Artioli; Adv<sup>a</sup> Simone Nicolielo Pena; Arq<sup>o</sup>  
Waldir Dezan

**Transportes e Mob. Urbana:** Sr. Sergio Benassi

**Segurança Pública e Patrimonial:** Sr. Adecir Mendes Fonseca

**Ciência & Tecnologia e Inovação:** Sr. João Raimundo de Souza; Sr. Daniel Teijeiro

**Cultura e Patrimônio Histórico:** Sr. Gabriel Rapassi; Sra. Silvana Di Blásio

**Saneamento Público:** Sr. Gervásio José Antonio

**Planejamento Urbano e Rural:** Sr. Fernando Vaz Pupo

**Esportes e Lazer:** Prof<sup>o</sup> Danilo Ciaco; Prof<sup>o</sup> Hermelindo Davanzo; Sra. Conceição  
Geremias

**Políticas de Igualdade Racial:** Gervásio José Antonio; Dr. Tagino Alves dos Santos

### **COMITÊ MUNICIPAL DO PC DO B – CAMPINAS/SP – 2019-2021**

Marcia Regina Quintanilha  
Artur Diego Herculano  
João Felipe Nascimento  
Danilo Ciaco Nunes  
Denise Teijeiro  
Antônio Carlos Artioli  
Carlos Eduardo Siqueira Pinheiro  
Ester Moraes

Gustavo Lemos Petta  
Sebastião Arcanjo  
Paulo André Sawazki  
Sônia Hipolita Sawazki  
Gervasio José Antônio  
Fernando Vaz Pupo  
Adecir Mendes Fonseca  
Alessandra Ribeiro Martins  
Cleodiran Dias Salles  
Valdeana Torres  
Lejeune Mirjan X. de Carvalho  
Walter Lacorte  
Daniela Zanccheta  
Fabio Souza  
Vivian Queiro  
Geremias Martins  
Rosa Alice Brito Araújo  
Rute Alves Ferreira  
Angelo Barreto  
João Batista  
João Raimundo (Kiko) Mendonça de Souza  
Fábio Padilha  
João Carlos Lourenço  
José Luiz  
Sérgio Benassi  
Valdeana Maria Silva Torres  
Marcilio Ventura